



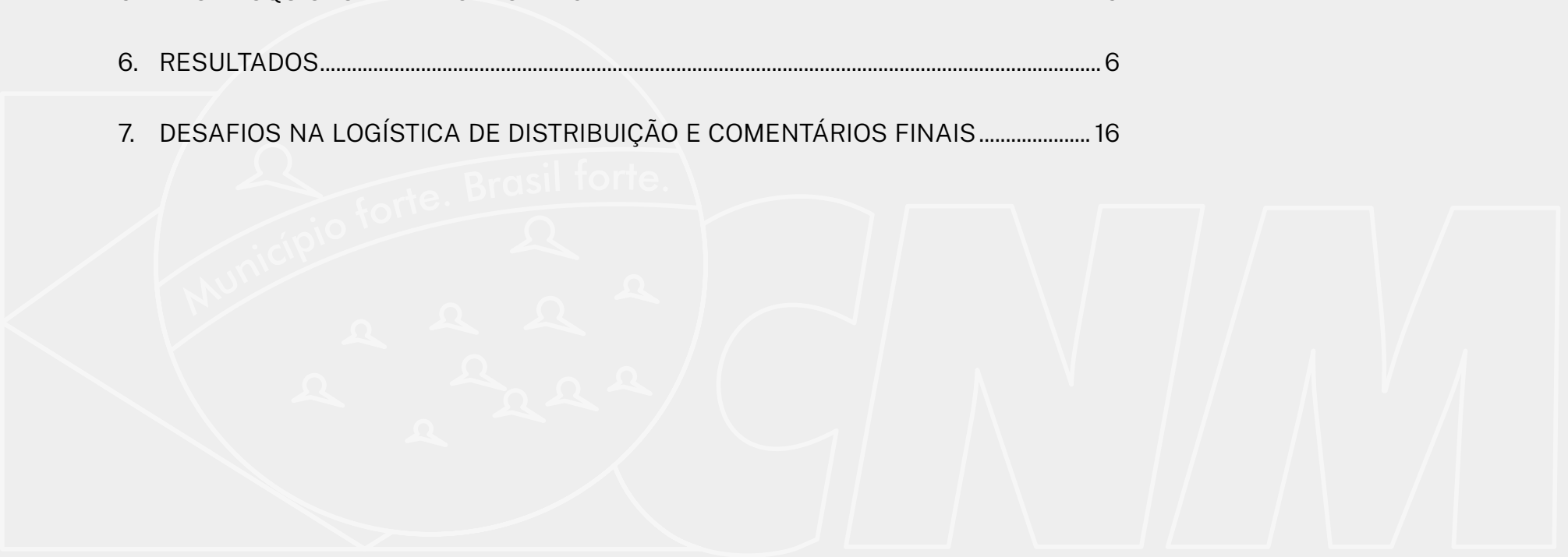
ESTUDO

**Edição III - Falta vacina para
proteger as crianças brasileiras**



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. OBJETIVO	4
3. JUSTIFICATIVA.....	4
4. METODOLOGIA.....	5
5. DAS PESQUISAS ANTERIORES DA CNM.....	5
6. RESULTADOS.....	6
7. DESAFIOS NA LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO E COMENTÁRIOS FINAIS	16



ESTUDO

EDIÇÃO III-FALTA VACINA PARA PROTEGER AS CRIANÇAS BRASILEIRAS

Área: Área Técnica de Saúde, Estudos Técnicos e Central de Dados.

Palavra-chave: 1. Vacinação. 2. Cobertura Vacinal. 3. Criança. 4. Imunização. 5. Saúde Pública.

Telefone: (61) 2101-6000

E-mail: saude@cnm.org.br | estudostecnicos@cnm.org.br | centraldedados@cnm.org.br

Produzido em: Brasília, maio de 2025

Capa e diagramação: Assessoria Comunicação CNM

1. INTRODUÇÃO

A falta de vacinas pode causar incapacidade ou até mesmo levar a mortes de crianças, contribuindo para o aumento da taxa de mortalidade infantil no país. Essa elevação reflete em precárias condições de vida e saúde, além do baixo nível de desenvolvimento social e econômico. Diante dessa preocupante realidade, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) decidiu investigar a ocorrência de desabastecimento de vacinas nos Municípios brasileiros através de pesquisas, sendo a primeira realizada entre os dias 2 e 11 de setembro de 2024, a qual demonstrou que 64,7% (1.563) dos Municípios participantes estavam

com falta de vacinas naquele momento. O segundo estudo, realizado entre os dias 26 de novembro a 12 de dezembro de 2024, revelou que o problema persistiu, com 65,8% (1.904) dos Municípios participantes enfrentando ainda a falta de vacinas. Além de confirmar a continuidade do desabastecimento, o levantamento detalhou quais imunizantes estão em falta. Devido ao cenário encontrado nas duas primeiras edições da pesquisa em 2024, o presente estudo tem como objetivo avaliar se o desabastecimento de vacinas persiste no ano de 2025.

2. OBJETIVO

O objetivo deste estudo foi identificar se ainda ocorre desabastecimento de vacinas nos Municípios brasileiros em 2025.

3. JUSTIFICATIVA

Nos últimos tempos, o Brasil tem enfrentado alguns surtos de doenças que já haviam sido eliminadas através da vacinação, e outras que correm o risco iminente de rein-

trodução, como a Poliomielite (paralisia infantil). Tal cenário traz de volta o risco de aumento da morbimortalidade infantil em decorrência de doenças imunopreveníveis, em razão

das baixas coberturas vacinais. Com a intenção de o país voltar a ter altas e homogêneas coberturas vacinais, a Confederação Nacional de Municípios, para apoiar os gestores municipais na oferta de saúde pública de qualidade para a

população, realiza o monitoramento contínuo do desabastecimento de vacinas, buscando identificar a persistência desse problema nos Municípios.

4. METODOLOGIA

Para a atualização e a elaboração deste estudo, foi conduzida uma pesquisa, aplicada via call center, pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), no período que compreendeu entre os dias 11 de abril a 14 de maio de 2025.

A amostra englobou 1.490 Municípios de todas as Unidades federadas, correspondendo a 26,7% do total dos Municípios no Brasil. Vale salientar que o resultado reflete o cenário do momento da pesquisa.

5. DAS PESQUISAS ANTERIORES DA CNM

A CNM, partindo do relato de diversos gestores municipais sobre falta de vacinas, realizou duas pesquisas de call center durante o ano de 2024, nos meses de setembro e novembro, para investigar a abrangência dos relatos e os imunizantes que se encontravam em falta.

A primeira pesquisa, conduzida pela CNM em setembro de 2024, com a participação de 2.415 Municípios de todos os Estados, apontou que 64,7% (1.563) dos Municípios respondentes relataram falta de vacinas para imunizar a população, em decorrência da não distribuição pelo Ministério da Saúde (MS). Em resposta, o Ministério

da Saúde, através de Nota Técnica, reconheceu a falta de abastecimento de vacinas na rede pública de saúde. Nesse documento, o MS detalhou que os problemas enfrentados estão relacionados principalmente à fabricação, à logística e à demanda.

O segundo levantamento, conduzido entre novembro e dezembro, contou com 2.895 Municípios de todas as Unidades da Federação, revelando que o quadro ainda persistia, posto que 65,8% (1.904) dos respondentes afirmaram enfrentar o problema de escassez de vacinas,

afetando principalmente a imunização de crianças, devido à ausência de distribuição por parte do Ministério da Saúde.

Nas duas pesquisas anteriores, a vacina contra a Varicela – que protege crianças de quatro anos de idade contra a Catapora, visto ser nessa idade que se aplica o reforço – seguiu como a mais relatada em falta, com uma média de desabastecimento superior a 90 dias. Atualmente a cobertura da vacina contra Varicela é de 74,46%, muito

abaixo da meta estipulada em 95%. Nesse sentido, a despeito de o Ministério da Saúde ter reconhecido o problema de abastecimento, observa-se que a situação não havia sido equacionada até o final do ano passado.

O intuito da atual pesquisa, conduzida entre abril e maio de 2025, busca avaliar se a situação da falta de vacinas foi amenizada.

6. RESULTADOS

Embora o Ministério da Saúde afirme que a vacinação é uma prioridade máxima, a realidade enfrentada pelos Municípios revela um cenário diferente. A escassez de vacinas e a distribuição irregular de doses têm gerado sérios desafios à gestão local, comprometendo profundamente a capacidade dos Entes públicos de atender às demandas de suas comunidades.

Essa dissonância entre o discurso oficial do governo federal e a realidade prática nos territórios municipais gera frustração e pressão sobre os gestores, que, além de lidarem com as expectativas da sociedade, enfrentam a falta de insumos essenciais para garantir uma cobertura vacinal eficaz, ou seja, alta e homogênea.

É fundamental destacar o papel estratégico e contínuo da CNM na defesa do direito dos Entes locais ao acesso regular, oportuno e suficiente aos imunobiológicos necessários à execução das ações de vacinação. A análise dos dados apresentados a seguir evidencia uma tendência de melhora no cenário de abastecimento vacinal, contudo, a CNM mantém posição vigilante, tendo em vista que a universalização do acesso às vacinas, conforme preconizado pelas diretrizes do SUS, ainda apresenta algumas deficiências.

Até o presente momento, a pesquisa retornou o contato de 1.490 gestores públicos, que relataram em sua maioria não haver problema de abastecimento de vacinas (64,2%).

No entanto, chama a atenção que em aproximadamente um terço das localidades (33,7%) o problema ainda persiste.

Entre os Municípios que informaram problemas de falta de vacina, os imunizantes com maiores menções foram para Varicela (32%) –liderando pela terceira pesquisa consecutiva–seguido da Tetraviral (16%), Covid Adulto (9%), Covid Criança (8%) e Dengue (8%).

A vacina contra a Varicela protege crianças de quatro anos da Catapora, pois nessa idade é aplicado o reforço. O imunizante persiste em falta para 338 Municípios respondentes, com uma média de desabastecimento superior a 90 dias. Já a Tetraviral, que combate o Sarampo, a Caxumba, Rubéola e Varicela, está em falta em 16% das localidades que responderam haver desabastecimento (165 Municípios).

A vacina contra a Covid-19 também apresenta escassez em 174 localidades, afetando 91 Municípios (Covid adulto) e 83 Municípios (Covid criança) que responderam haver desabastecimento, com uma média de 60 dias sem o imunizante.

A indisponibilidade da vacina contra a Covid-19 para adultos e crianças foi identificada como um problema recorrente nas duas edições anteriores da pesquisa, e a situação, mesmo que em proporções menores, permanece na edição atual. Essa continuidade na escassez do imunizante compromete diretamente a cobertura vacinal da

população, especialmente em grupos vulneráveis, e pode estar relacionada ao aumento observado no número de notificações de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG).

Segundo o Boletim InfoGripe da Fiocruz, de 8 de maio de 2025, na Semana Epidemiológica (SE) 19 (27 de abril a 3 de maio de 2025) em 2025 já foram notificados 50.090 casos de SRAG, sendo que 18,6% foram positivos para Sars-CoV-2 (Covid-19). Ainda segundo o InfoGripe, “13 das 27 unidades federativas apresentam incidência de SRAG em nível de alerta, risco ou alto risco, com sinal de crescimento na tendência de longo prazo: Amapá, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pará, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins”. Esse cenário pode se agravar caso a falta de vacinas persista, considerando também a percepção de um possível relaxamento da população em relação à vacinação contra a Covid-19. Esse contexto sugere a necessidade de reforçar as estratégias de conscientização e ampliação do acesso às vacinas.

Atualmente, o Estado de Minas Gerais enfrenta uma situação de emergência em saúde pública, impulsionada pelo avanço expressivo dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), sobrecarregando unidades hospitalares. Segundo o painel da Vigilância Epidemiológica de Minas Gerais, em 2025, são 8.800 casos de SRAG até a Semana Epidemiológica (SE) 19 (4 a 10 de maio) e 442

óbitos no Estado. O número de casos triplicou desde o início do ano, passando de 235 na SE 01 para 620 na SE 17. O maior número de hospitalização por SRAG é de crianças de um a nove anos de idade, somando 4.349 casos. Somente a capital, Belo Horizonte, notificou 2.363 casos.

Vale destacar que, nas duas edições anteriores da pesquisa conduzida pela CNM, Minas Gerais já havia apresentado números preocupantes relacionados à falta de vacinas, especialmente o imunizante para Covid-19, relatada em falta em mais 170 Municípios no período de novembro a dezembro de 2024.

Para a vacina DTP (Difteria, Tétano e Coqueluche), o cenário melhorou com a falta registrada em 520 Municípios, na segunda edição da pesquisa, que nesta terceira edição

foi relatada com falta em apenas 21 Municípios. Outro cenário que vem preocupando a saúde pública municipal são os surtos de Coqueluche, doença respiratória altamente contagiosa. Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2024 foram 7.463 casos confirmados, aumento de mais de 3.000% no Brasil, em comparação com o ano anterior, atingindo o maior patamar desde 2014.

Até 29 de abril deste ano, o Brasil apresentou 1.634 casos de Coqueluche, sendo que Minas Gerais concentra a maioria dos casos (373), cenário que pode ser agravado com a escassez da vacina. Foram registrados 31 óbitos pela doença no Brasil em 2024, sendo 29 em crianças menores de um ano. A vacinação é a principal forma de prevenção contra a Coqueluche. Essa doença já afastou muitas crianças de suas famílias nos anos 1990.

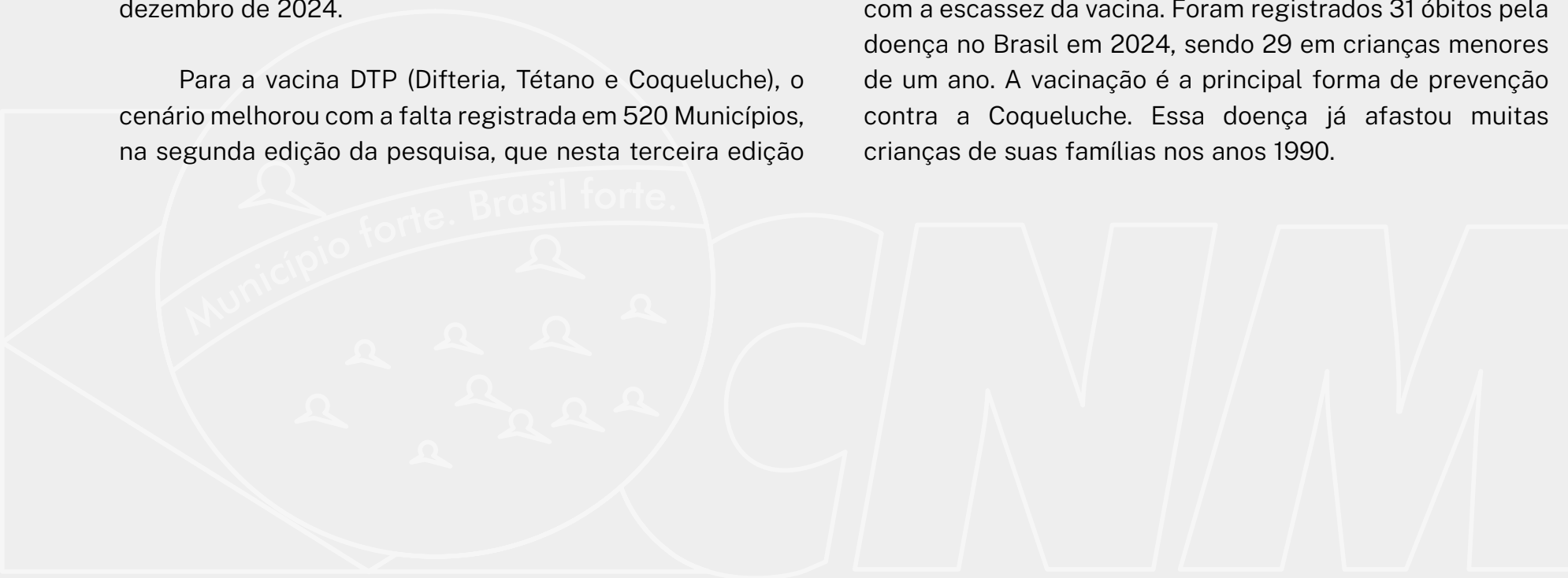
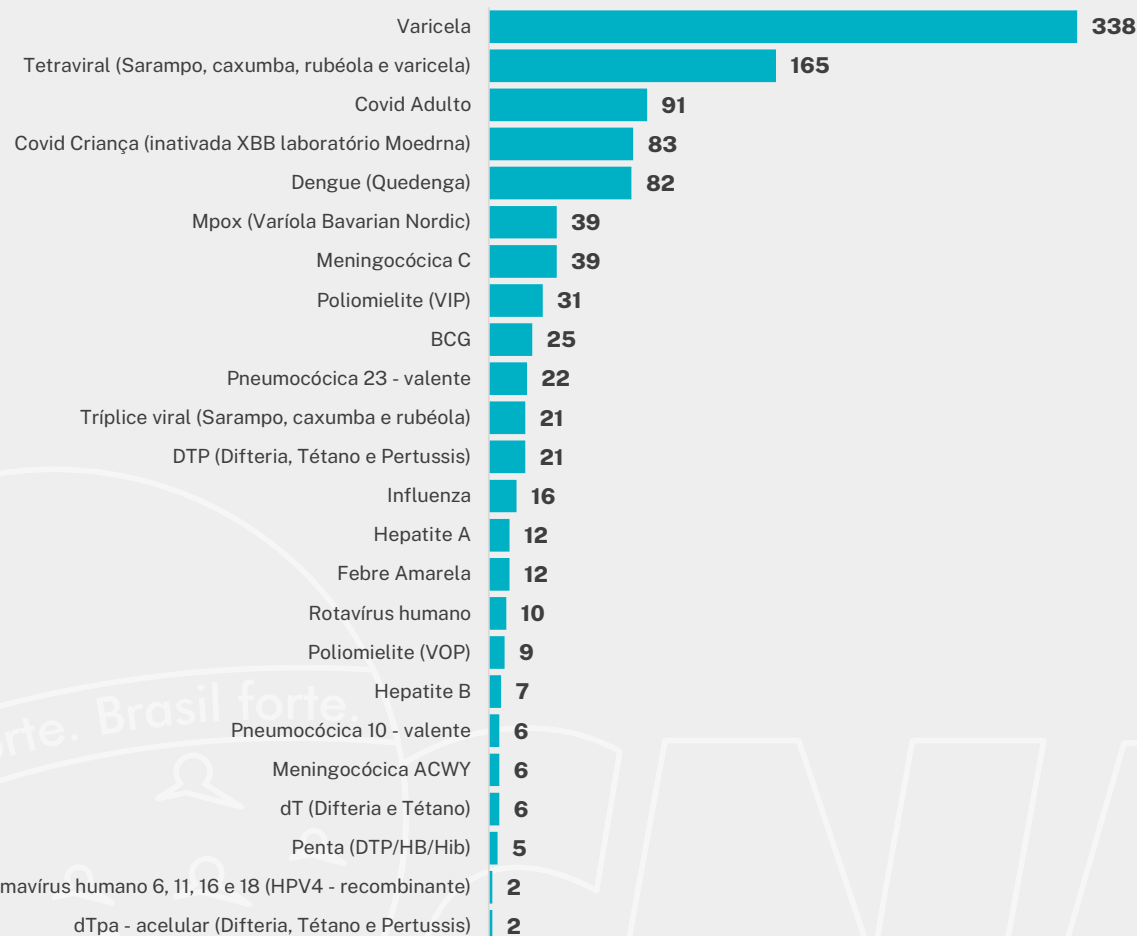


Figura 1 – Número de Municípios com falta de vacinas, por tipo de imunizante, no Brasil, entre abril e maio de 2025

Fonte: CNM. Elaboração: CNM.

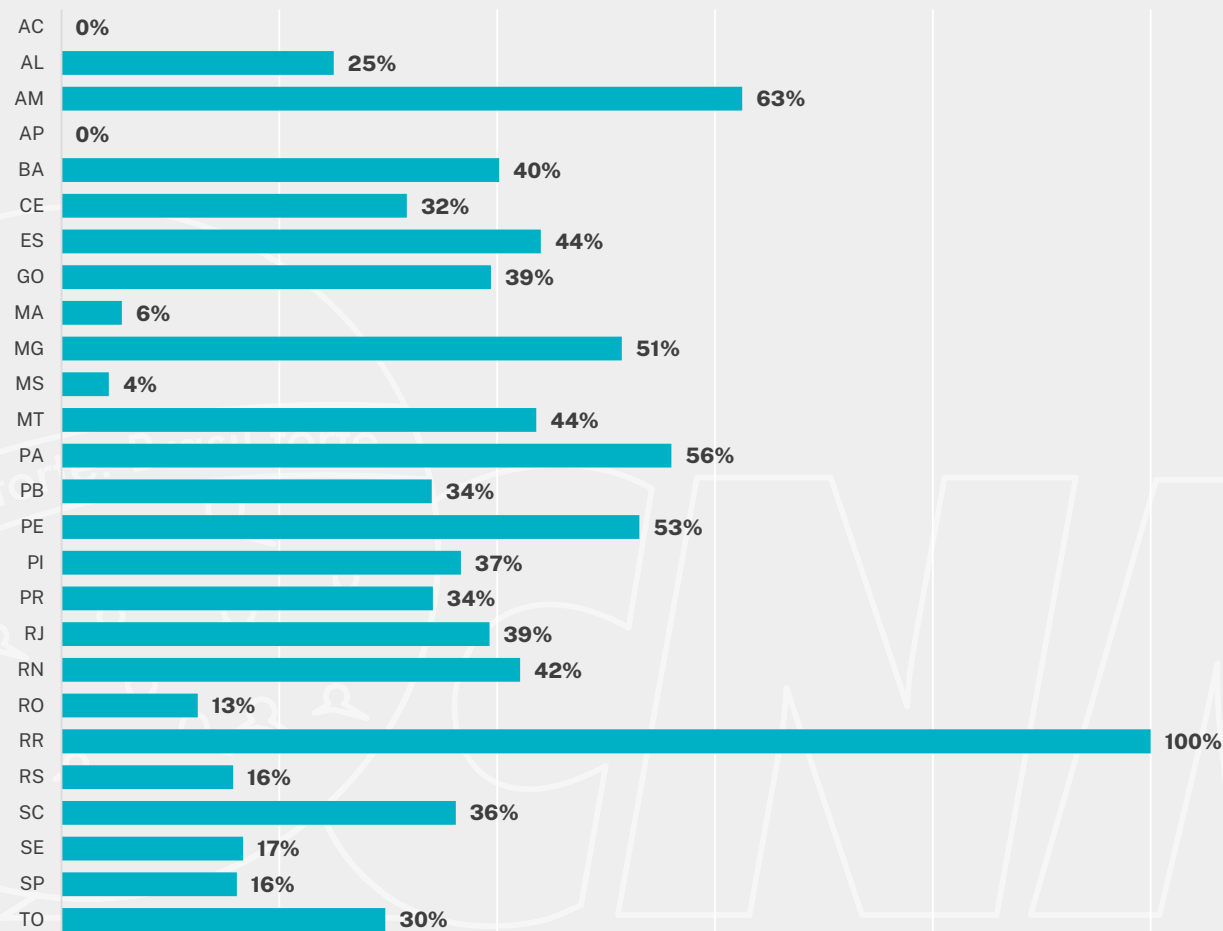
Ao analisarmos por Unidade da Federação (UF), observamos que Minas Gerais é um dos Estados mais afetados com escassez de vacinas. Na terceira edição da pesquisa, 124 dos 241 Municípios mineiros respondentes – ou seja, 51% – relataram falta de vacinas. No Estado de

Pernambuco, 26 dos 49 respondentes (53%) estão com falta de alguma vacina. Os Municípios da Bahia, com 40% (45 dos 112 respondentes); Paraná, com 34% (45 dos 132 respondentes) como detalhado na Figura 2.

Cabe destacar que, por se tratar de uma pesquisa que buscava manter a mesma amostra de Municípios das edições anteriores, houve a tentativa de reaplicação nos mesmos Entes. No entanto, parte desses Municípios não respondeu

nesta nova edição. Essa ausência de respostas impactou a composição da amostra em algumas UF's, resultando em percentuais proporcionalmente inflacionados, que devem ser interpretados com cautela.

Figura 2 – Proporção de Municípios respondentes com desabastecimento de vacinas, por UF, no Brasil, entre abril e maio de 2025



Fonte: CNM. Elaboração: CNM.

O recorte por região apontou que o percentual de Municípios respondentes com falta de vacinas alcançou 37% no Nordeste (136 dos 370 respondentes) e no Norte (32 dos 86 respondentes), 36% no Sudeste (179 dos 499

respondentes), 35% no Centro-Oeste (46 dos 133 respondentes) e 27% no Sul (109 dos 402 respondentes) (observar Figura 3).

Figura 3 – Proporção de Municípios respondentes com desabastecimento de vacina, por região, no Brasil, entre abril e maio de 2025



Fonte: CNM. Elaboração: CNM.

6.1. ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES NAS TRÊS EDIÇÕES DA PESQUISA

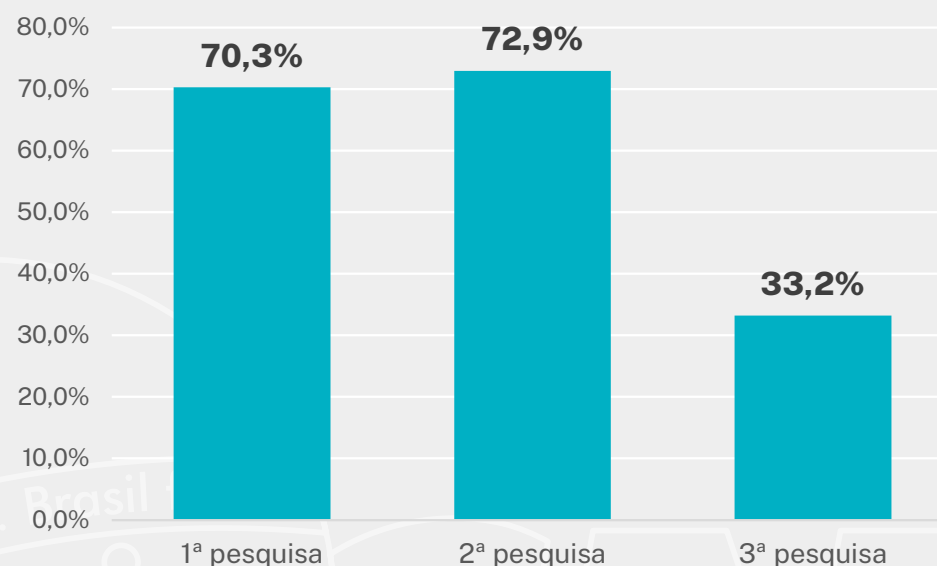
Foram realizados cruzamentos entre as bases de dados da pesquisa realizada em setembro, em dezembro e no atual levantamento. O objetivo dessa análise é compreender a

evolução da falta de vacina nos Municípios no decorrer dos últimos meses e quais imunizantes permanecem com o abastecimento dificultado.

Após a análise, verificou-se que 750 Municípios participaram das três pesquisas. Avaliando a amostra de respondentes nas três edições, o percentual de Municípios com

alguma falta de vacina passou de 70,3% em setembro para 72,9% em dezembro e 33,7% em abril/maio, vide a Figura 4.

Figura 4 – Falta de vacina reportada entre os 750 Municípios que responderam as três pesquisas da CNM



Fonte: CNM. Elaboração: CNM.

Os dados podem ser avaliados a partir de três categorias: i) Municípios que apresentaram piora na distribuição de vacinas, isto é, que sempre reportaram falta de vacinas ou passaram a responder falta de vacinas nos questionários mais recentes; ii) Municípios que apresenta-

ram alguma melhora na distribuição de vacinas, que inclui os Municípios que não reportaram problemas com falta de vacinas ou que pararam de registrar desabastecimento nas pesquisas recentes; e iii) o grupo dos não respondentes, que não permitem avaliar o viés de melhora ou piora (Tabela 1).



Tabela 1 – Evolução da falta de vacinas nos Municípios participantes das três edições da pesquisa, 2024 e 2025

Viés	Municípios	Municípios (%)
Piora	249	33%
Sempre apresentou falta	190	25%
Passou a apresentar falta	59	8%
Melhora	480	64%
Nunca apresentou falta	104	14%
Passou a não apresentar falta	376	50%
Não respondeu	21	3%
Total	750	100%

Fonte: CNM. Elaboração: CNM.

Conforme apresentado na Tabela 1, 33% dos Municípios apresentaram alguma piora na distribuição de vacinas. Destaca-se, especialmente, que um a cada quatro Municípios responderam haver falta de alguma vacina nas pesquisas da CNM de setembro, novembro e dezembro de 2024 e abril de 2025.

Por outro lado, 64,2% dos Municípios respondentes enfrentaram alguma melhora no abastecimento de vacinas entre as três pesquisas da CNM. Aproximadamente 14% dos Municípios nunca registraram falta de vacinas, enquanto metade dos respondentes (50%) chegaram a apresentar falta de vacinas, mas tiveram o seu abastecimento regularizado entre as pesquisas. A Tabela 2 segmenta os resultados por UF.

Tabela 2 – Comparativo dos Municípios participantes das pesquisas, por UF

UF	Responderam as três pesquisas	Viés de piora	Viés de piora (%)	Viés de melhora	Viés de melhora (%)	UF	Responderam as três pesquisas	Viés de piora	Viés de piora (%)	Viés de melhora	Viés de melhora (%)
AC	1	0	0%	1	100%	PE	22	11	50%	10	45%
AL	7	1	14%	6	86%	PI	11	2	18%	9	82%
AM	1	1	100%	0	0%	PR	76	29	38%	43	57%
AP	2	0	0%	2	100%	RJ	13	2	15%	10	77%
BA	49	17	35%	31	63%	RN	13	6	46%	7	54%
CE	16	5	31%	10	63%	RO	5	1	20%	4	80%
ES	11	6	55%	5	45%	RR	0	0	-	0	-
GO	36	16	44%	19	53%	RS	92	14	15%	75	82%
MA	4	0	0%	4	100%	SC	63	24	38%	37	59%
MG	125	68	54%	54	43%	SE	9	2	22%	7	78%
MS	8	1	13%	7	88%	SP	127	22	17%	104	82%
MT	14	5	36%	7	50%	TO	18	5	28%	12	67%
PA	12	6	50%	6	50%	BR	750	249	33%	480	64%
PB	15	5	33%	10	67%						

Fonte: CNM. Elaboração: CNM.

Ao analisarmos a amostra de 750 dos Municípios que participaram das três edições da pesquisa CNM e descon-

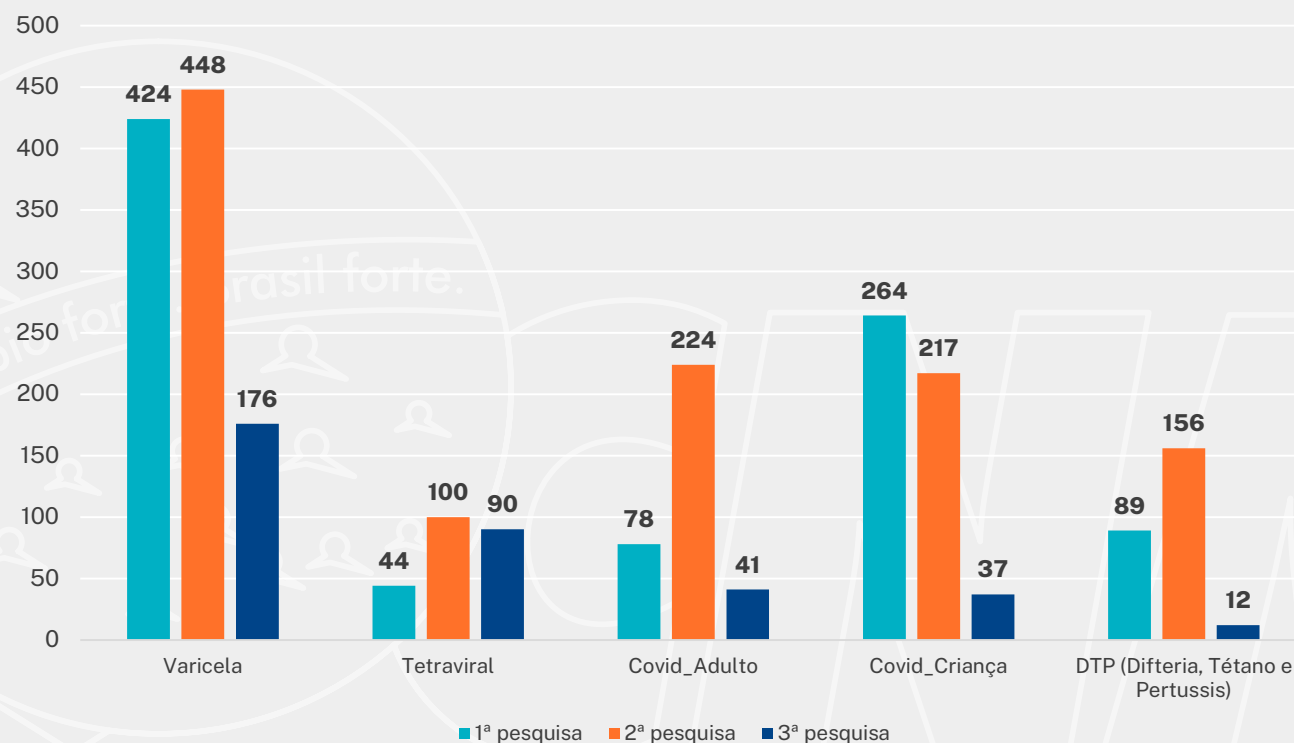
siderando os não respondentes, destaca-se que o viés de piora foi maior que a média nacional nos Municípios do ES

(55%), MG (54%) e PA e PE (50% cada). Por outro lado, os maiores vieses de regularização da situação de vacinas foram observados em MS (88%), AL (86%) e PI, RS e SP (82% cada).

Observa-se que, conforme ilustrado na Figura 5, que apresenta os Municípios que participaram de todas as pesquisas, todos os imunizantes representados nas

pesquisas anteriores tiveram redução: a Varicela recuou da segunda para a terceira pesquisa de 448 para 176 Municípios. A Tetraviral, por sua vez, recuou em relação à segunda pesquisa (90 contra 100 Municípios), mas ainda está em patamar superior ao observado no levantamento de setembro. As vacinas de Covid adulto e Covid criança recuaram, respectivamente, de 224 e 217 para 41 e 37 Municípios.

Figura 5 – Falta por imunizante no Brasil, comparativo de Municípios que participaram das três pesquisas



Fonte: CNM. Elaboração: CNM.

7. DESAFIOS NA LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO E COMENTÁRIOS FINAIS

Destaca-se que o Ministério da Saúde é o responsável por fazer a aquisição e a distribuição de todas as vacinas do Calendário Nacional de Vacinação para os Municípios; e os Estados, por sua vez, são responsáveis por proverem seringas e agulhas para os Municípios realizarem a vacinação na população.

A vacinação em tempo oportuno protege as crianças de doenças que podem causar incapacidade e levar à morte. Isso traz consequências graves e imediatas para a saúde pública, comprometendo o controle de doenças preveníveis e aumentando as internações hospitalares.

Diante da atuação da CNM na articulação interferativa, a terceira edição da pesquisa demonstra que o cenário melhorou. No entanto, os dados ainda revelam um alerta preocupante: um em cada três Municípios brasileiros continua enfrentando a falta de alguma vacina, o que ainda suscita preocupações, já que para evitar o retorno de doenças já eliminadas são necessárias coberturas altas e homogêneas.

É importante ressaltar que de janeiro a abril de 2025, segundo dados do painel público do Ministério da Saúde, das 19 doses de vacinas com a cobertura divulgada, apenas seis atingiram as metas: Pneumo 10, Rotavírus, DTP (1º reforço), Tríplice Viral (1ª dose), Pneumo 10 (1º reforço) e Meningo C (1º reforço). As demais estão com índices abaixo das metas, especialmente a Varicela, em situação crítica e escassa em grande parte do país. Em dois estudos divulgados pela CNM, em maio e dezembro de 2024, observou-se que para a Poliomielite (VIP) há nove anos o país não atinge a meta de 95%, doença que pode provocar a paralisia infantil e que teve seu último caso registrado no Brasil há 35 anos, além de 30 anos sem novos casos nas Américas.

Na atualização da pesquisa ainda é possível identificar problemas na logística de distribuição das vacinas aos Municípios, visto que de 1.490 Municípios que responderam sobre motivos para perda de vacinas por prazo de vencimento exíguo, 540 (32%) afirmaram que receberam as doses do Estado com data de vencimento muito próxima, 452 (27%) responderam que há baixa procura da população, 431 (26%) relataram que os frascos de vacina eram multidosos e ultrapassaram a validade após a sua abertura, e 176 (10%)

assinalaram que receberam vacinas em volume maior que o público-alvo do Município.

Por fim, esta terceira pesquisa também averiguou o custo dos Municípios para manutenção das salas de vacinas, com 251 Municípios (17%) investindo mais de R\$ 240 mil por ano para garantir seu pleno funcionamento. Esses gastos abrangem desde a manutenção de equipes até a aquisição de materiais de consumo específicos e o cumprimento de requisitos técnicos e operacionais. Embora essenciais para garantir a segurança e a qualidade da imunização da

população, esses investimentos representam um desafio financeiro significativo para as administrações municipais, que frequentemente arcam com esses custos sem o devido apoio financeiro.

A CNM, preocupada com a proteção da população brasileira, alerta que é grave a falta de vacinas nos Municípios e há uma urgência em o Ministério da Saúde disponibilizar os imunizantes para vacinar as crianças e suas famílias.



www.cnm.org.br

Sede

SGAN 601 – Módulo N
CEP: 70830-010
Asa Norte – Brasília/DF
Tel: (61) 2101-6000

Escritório Regional

Rua Marcílio Dias, 574
Bairro Menino Deus
CEP: 90130-000 – Porto Alegre/RS
Tel: (51) 3232-3330